

MODA COMO FORMA DE EXCLUSÃO SOCIAL: O USO DOS MANUAIS DE ETIQUETAS, PERIÓDICOS FEMININOS E TESES MÉDICAS PELA “BOA SOCIEDADE” NO RIO DE JANEIRO DE 1889-1919

Fashion as a form of social exclusion:

The use of etiquette manuals, women's journals and medical theses by the “Good Society” in Rio de Janeiro from 1889-1919

Silva, Juliana Fidelis da; Graduada; Universidade Gama Filho, juliana.fidelis21@gmail.com¹
Pinto, Ana Paula Magno; Doutora; Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), anapmagno@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem por objetivo refletir sobre o uso da moda pela “boa sociedade” como forma de exclusão social, na corte do Rio de Janeiro entre 1879-1899. Analisando o uso dos discursos contidos nos jornais femininos, nos manuais de etiqueta e nas teses médicas, quando a “boa sociedade” seguiu o “discurso de adequação” por sentir a necessidade de “civilizar-se” seguindo a moda e os bons costumes europeus e ao mesmo tempo usando-os como elementos de distinção a fim de tentar manter a hierarquia social vigente no final do Império.

Palavras chave: Moda; vestuário; costumes.

Abstract: This article aims to reflect on the use of fashion by the “good society” as a form of social exclusion, in the court of Rio de Janeiro between 1879-1899. Analyzing the use of speeches contained in women's newspapers, in etiquette manuals and in medical theses, when the “good society” followed the “adaptation speech” because it felt the need to “civilize itself” by following European fashion and good customs and at the same time using them as elements of distinction in order to try to maintain the social hierarchy in force at the end of the Empire.

Keywords: Fashion; apparel; mores.

Introdução

Este artigo que ora apresento foi retirado do meu TCC do curso de História na Universidade Gama Filho, no ano de 2006. A moda vem se tornando objeto de trabalhos em diversos meios acadêmicos, inclusive entre os historiadores. O estudo que ora apresento, dedica-se à história cultural no final do 2º Reinado e os primeiros anos da República (1879-1899). Em particular, procuramos analisar como o uso dos manuais de etiqueta e civilidade, jornais femininos e teses médicas eram usados para ensinar a chamada “boa sociedade”, a importância de se ter cuidado com a aparência física (roupas, sapatos e cabelos), num processo em que a roupa passava a determinar

¹ Graduada em História pela Universidade Gama Filho (2007). Graduada em Tecnologia em Produção de Vestuário no Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil do SENAI (SENAI CETIQT) (2018), Rio de Janeiro, Brasil.

“status” e ser um elemento de distinção social, pois denotaria aos seus portadores em que estrato da sociedade o mesmo se enquadrava. Esse discurso também serviu como justificativa para o “processo civilizador” que se iniciava no Rio de Janeiro, com a finalidade de mudar seu “status” de vila, com poucas condições de higiene e limpeza, para uma cidade digna de ser a sede do único império monárquico da América Latina. Buscamos também analisar como “a boa sociedade” do Rio de Janeiro se relacionava com a moda e o papel que esta exerceu ao longo processo civilizador, levando a “europeização da vida social” e, mais do que isso, a moda também serviu para a hierarquização dos diversos segmentos da sociedade. Ou seja, a forma como a elite dominante reproduz de maneira acrítica os valores e ideais europeus, em especial os franceses.

Neste trabalho, em particular, a elite que será examinada pertence à cidade, uma vez que neste período há um desenvolvimento muito grande dos grandes centros e por consequência, dos seus interesses. Esta elite urbana era formada pelos que viviam de proventos do capital, os proprietários de terras e escravos, militares, altos funcionários públicos, e profissionais liberais, tal como médicos, advogados, jornalistas, entre outros. Costuma-se identificar esta elite como aqueles que possuíam uma ocupação política, mas este trabalho visa utilizar uma definição mais ampla de poder, incluindo não apenas a posição política, mas a riqueza, ocupação e o status social. Este grupo de homens bem articulados e educados tinham, sobretudo o interesse de manter os monopólios que fundamentavam seu grupo social.

Sendo assim desde o final do Império do Brasil até os primeiros anos da chamada República Velha, a “boa sociedade”, percebeu que era necessário serem criados outros elementos que mantivessem as fronteiras entre os diferentes segmentos sociais. Fez-se assim da moda e dos modos um elemento que acentuava as diferenças entre eles mesmos e entre eles e os outros estratos da população. São homens e mulheres que ao europeizar sua aparência, passaram a preocupar-se com a correção do vestuário, com o vestir racional e com a adoção de roupas adequadas à posição que ocupavam na sociedade.

O que este trabalho se propõe a discutir é o papel dos periódicos e dos manuais de etiqueta e civilidade e teses médicas no processo civilizador pelo qual a “boa sociedade” via a necessidade de passar. Como também os diferentes tipos de periódicos que circulavam na cidade, bem como seus diferentes discursos que variavam dos que se preocupavam com informar os últimos lançamentos da moda vinda de Paris, aos que pregavam a contra os excessos cometidos por muitas mulheres em nome de uma boa aparência, pondo em risco muitas vezes sua saúde.

A moda vem se tornando objeto de trabalhos influenciados pelas novas abordagens propostas pela Escola dos Annales. Com a chamada História Nova de Jacques Le Goff que endossa a história-problema de Bloch e Febvre, com novos métodos que renovaram os domínios tradicionais da história, e também pela interdisciplinaridade, que usa elementos de outras formas de conhecimento, tais como a antropologia, sociologia entre outras. Como ele mesmo afirma: ‘(...) e, principalmente talvez, pelo aparecimento no campo da história de novos objetos’ (LE GOFF, 1998, p. 50). É neste sentido que meu trabalho se enquadra na História cultural, pois busco analisar o discurso higienista, de

cunho positivista, em relação aos cuidados que a sociedade deveria ter com a limpeza não só corporal, mas como também de suas roupas. Comparando-o com mudanças ocorridas nos estilos de vestimenta e demais ornamentos pessoais, ora produzidos no país, ora importados dos grandes centros europeus, como Paris e Londres. Além da preocupação que a “boa sociedade” passou a ter com a Moda na corte do Rio de Janeiro.

Quanto à metodologia utilizada, usamos a hermenêutica, que segundo Jean Glénisson foi assim conceituada:

Os teóricos batizam de hermenêutica a operação preliminar da crítica interna. Sob esse nome erudito, dissimula-se a “crítica de interpretação”, constituindo o essencial, efetivamente, desde que abordemos o estudo do fundo de um documento, em ter certeza de boa compreensão do pensamento profundo de seu autor. (GLÉNISSON, 2000, p. 173.)

1. Moda e a “Boa Sociedade”

As definições sobre o que é moda podem ser muito variadas, dependendo da forma como ela é analisada: como uma expressão de arte ou como um estilo de se vestir. Ainda hoje muito se discute sobre esse assunto. Em sua obra *Modos de Homem e Modas de Mulher*, Gilberto Freyre afirma que é difícil se falar de moda, pois: ‘que indicam o assunto complexo – antropológica, psicológica, sociológica’. (FREYRE, 1997, p. 28.).

Soma-se a isso a diferenciação entre o vestuário feminino e masculino feita após a Revolução Industrial do Séc. XVIII, onde os grandes empresários burgueses buscaram um vestuário mais sóbrio, com pouco luxo, afim de se fazerem respeitar também através da sua forma de vestir e não somente pelo status que o dinheiro lhes proporcionava. Neste período, se intensifica, a propagação da ideia de que roupas masculinas passam a não fazer parte da “moda”, tornam-se a “moda masculina” um subconjunto da “moda”. Criou-se assim, uma diferenciação também na confecção das roupas femininas e masculinas, entre alfaiataria masculina e a costura feminina, por se tratarem de seres visuais distintos.

No Brasil todos esses fatores também influenciaram os conceitos sobre moda. E a sociedade carioca, que se refere a nosso objeto de estudo, segundo consenso historiográfico era bastante influenciada pelos usos e costumes europeus. Ainda assim, esta sociedade estava muito ligada aos costumes do campo, o que se explica pela origem de muitas das famílias importantes do Império, pois as riquezas destas provinham das plantações de café. Para estes homens do campo a sua riqueza se denotava por meio da terra, dos escravos, da mulher e dos filhos. Logo, na grande maioria dos casos cabia a mulher denotar primeiro a riqueza do seu pai e depois do seu esposo, usando roupas que dificultavam seus movimentos: andar, sentar, etc. Demonstrava-se assim, que com estes tipos de roupas era impossível trabalhar fora, o que era uma vergonha para membros da “boa sociedade”. Uma vez que cabia ao homem manter o padrão de vida e o nível social da família.

E esse objeto religiosamente ornamental inspirador de toda uma série de modas de vestir, de calçar, de pentear, que, concorrendo para o embelezamento de suas pessoas aos olhos de pais, maridos, filhos, passaram a constituir testemunho do apreço dos homens, seus senhores, por suas graças físicas que deveriam receber o máximo de aperfeiçoamentos, através de artifícios que enfatizassem artisticamente os encantos naturais de condições especificamente femininas. (FREYRE, 1997, p. 42)

Definiu-se “boa sociedade”, como aqueles indivíduos que possuíam alguma ocupação política. Porém, neste trabalho o conceito de elite foi ampliado para aqueles indivíduos que exercem algum tipo de poder, seja ele derivado da riqueza, do cargo político, do status social, ou da soma de todos esses fatores. Para o historiador Ilmar Rohloff de Mattos, “boa sociedade” é:

uma expressão do século XIX usada para definir os homens e as mulheres livres e brancos que tanto se reconheciam como se faziam reconhecer como membros de um mundo civilizado (...) pelas capacidades e habilitações de seus membros, sempre brancos, na sociedade política, no mundo do governo que possuía a incumbência de ordenar o conjunto da sociedade. (MATTOS, 1994, p.111)

Vemos que esta classe se organizou durante o processo de consolidação do Estado Imperial, e se relacionou a princípio com a classe senhorial. Pois seus membros não eram somente os cafeicultores, mas também de homens bem educados e articulados, que diferentemente dos cafeicultores que constituem nas terras sua riqueza, esses vivem dos proventos de seu capital. E isso se deve ao desenvolvimento da cidade e do crescimento de sua importância. Da mesma forma que o poder da cidade aumenta, diversifica-se também os tipos sociais que exercem influência política, tais como, militares, funcionários públicos, profissionais liberais como médicos e advogados. O mundo do Império se dividia em três partes: ‘o mundo do governo, o mundo do trabalho e o mundo da desordem’. (MATTOS; BRANDÃO; CARVALHO, 1981, p.30). No primeiro encontrava-se as elites, no segundo os escravos e no terceiro os vadios ou aqueles que não tinham nenhuma ocupação. O texto constitucional de 1824 estabelecia uma distinção entre cidadãos e não cidadãos, o primeiro caracterizava-se por possuir propriedades e ser livre; já o segundo eram os que não possuíam propriedades e não eram livres. Esta divisão denota o quão excludente era essa sociedade, que ainda fazia mais uma distinção tratando os escravos como os “estranhos” dentro da sociedade civil. Aonde o negro é coisa, por não ser livre e o povo, por serem livres. E ainda dentro desta sociedade havia uma distinção entre cidadãos ativos e inativos. ‘No texto constitucional, tal divisão ganha conteúdo da diferença entre aqueles que são cidadãos ativos e os que são cidadãos não ativos, a partir da capacidade eleitoral censitária’. (MATTOS, 1994, p.110).

Cabia a “boa sociedade” não permitir que os componentes deste mundo se misturassem com a sociedade comum.

Fundar o Império do Brasil, consolidar a instituição monárquica e conservar os mundos distintos que compunham a sociedade fazia parte do longo e tortuoso processo no qual os setores dominantes e detentores de monopólios construíam a sua identidade enquanto uma classe social. (MATTOS, 1994, p.119)

E a forma mais comum de manutenção do status social e da riqueza de uma família era através dos laços matrimoniais. Afim de manter os bens de família entre a família e posteriormente buscando obter laços com famílias tradicionais com as quais pudessem somar suas riquezas, e não a dividir.

2. Uma nova imagem para o Rio de Janeiro - a utilização dos jornais de moda, manuais de etiqueta e civilidade e teses médicas no processo civilizador

Os jornais que difundiam a moda surgiram na França no século XVIII, e no século seguinte já havia chegado a Portugal, Inglaterra, Estados Unidos e Brasil. Todos esses países tinham à França como inspiração, tanto que os jornais aqui publicados seguiam a mesma estrutura das publicações francesas, com uma gravura e em seguida sua descrição. Mas o primeiro jornal totalmente dedicado à moda editado no Rio de Janeiro, foi o Espelho Diamantino, em 1827. Até então, a “boa sociedade” só obtinha jornais dedicados ao assunto, oriundos da França vindos de navio ou em lojas de artigos franceses. É nesse contexto que tem início a publicação dos jornais dedicados à moda, editados em português, preenchendo a carência de informações que a “boa sociedade” tinha a respeito do assunto.

Portanto os jornais não eram apenas para a propaganda e para a difusão da moda, mas, particularmente, para explicá-la e dirigi-la para um público feminino (jovens solteiras e mulheres casadas) – “a boa sociedade carioca – ávido por informações”. Esses jornais pretendiam através do seu discurso mudar a forma como a preocupação com a moda era tratada, ao invés de se aterem apenas aos detalhes ilustrativos, a moda deveria ser vista como um assunto de higiene pessoal. Que os membros da “boa sociedade” tivessem cuidado com sua aparência, imitando a moda europeia, os médicos e demais autores destes jornais compreendiam que por meio das roupas as estruturas das hierarquias sociais também eram mantidas. Mas o que era inaceitável para esses jornais era o excesso e os danos que isso causava principalmente à saúde da mulher que tinha como principal função na sociedade a maternidade. É contraditória essa dinâmica proposta pelos médicos, precursores da europeização do vestuário da “boa sociedade”, onde a mulher deveria se vestir melhor, se diferenciar das suas escravas, mas não poderia esquecer que o seu papel é ser mãe e que sua vaidade não é mais importante do que sua função social.

Assim como os jornais serviram para difundir a moda na Corte, os manuais de etiqueta também difundiam a moda, apontando quais vestimentas eram mais adequadas para cada circunstância da vida social. Porém enfatizando as regras e comportamentos adotados por pessoas instruídas, uma série de regras em que eram expostas maneiras tidas como corretas. Assim como a burguesia francesa em ascensão sentia a necessidade de polir seus modos, a “boa sociedade” do Rio de Janeiro, também buscava abandonar os costumes rústicos que possuíam.

Caracterizando-se pela produção de regras de comportamento e roupas já dotadas em outros países, os manuais de etiqueta precisam ser vistos como um *corpus* normativo – eles espelhariam muito mais o

desejável ou o esperado em termos de correção *vestimentária* do que propriamente a roupa adotada pela “boa sociedade” ou a moda vigente no século XIX. (RAINHO, 2002, p.69-70)

Através do uso dos manuais de etiqueta que aqui chegavam, a “boa sociedade” acreditava poder igualar-se aos nobres europeus, embora a difusão da civilidade fosse tema recorrente dos manuais, estes ressaltavam, sobretudo, o papel da etiqueta que não devia ser desrespeitada em nenhuma circunstância e ocasião. Nos manuais de etiqueta as vestimentas, denotavam de forma muito clara a posição social de seu portador. A higiene era o centro das atenções quando os manuais se referiam ao vestuário e ao corpo, no tocante do seu asseio, como também a correção do uso segundo a idade, o sexo, a posição social e a ocasião. Estabelecendo regras bens rígidas, para que através de um guarda-roupa adequado, fosse possível distinguir os membros da “boa sociedade carioca”.

A “planificação higiênica do vestuário” estava intimamente ligada às reformas urbanas pelas quais a Corte do Rio de Janeiro estava passando: Saneamento básico, rede de água encanada, reorganização física e estrutural das residências, entre outras obras. Assim era necessário que as famílias e em especial as mulheres cuidassem não apenas de se protegerem dos excessos que a moda poderia causar a sua saúde, como também se preocupassem com a limpeza das roupas da sua família. A partir desse momento há uma mudança na postura dos médicos que deixam apenas de curar as doenças e passam a se preocupar mais com a organização social e com as renovações do espaço urbano. ‘A sociabilidade deveria encontrar um meio termo entre a estabilidade sentimental dos novos vínculos familiares e a cumplicidade com interesses da cidade e do Estado. A higiene procurou encontrar este equilíbrio, construindo mapas de saúde por onde a família podia trafegar sem comprometer sua sanidade’. (COSTA, 1999, p.130)

Assim como os médicos franceses, os médicos brasileiros acreditavam que a higiene era a solução para as doenças e epidemias que afetavam população em toda a corte. O alvo do discurso higienista eram as famílias da “boa sociedade”, regulamentava-se as roupas, suas relações entre membros da própria família e entre os senhores e os escravos. Buscava-se assim contribuir para o processo civilizador, incentivava-se os membros da elite a abandonar os hábitos coloniais. Mas a “planificação higiênica” defendida pelos médicos acabou por transformar-se em mais uma forma de distinguir as classes sociais, tornava a adequação e não só a riqueza do vestuário como característica dos membros da “boa sociedade”.

Assim, pode-se observar que, no processo de definição da “família”, a higiene dirige-se exclusivamente às famílias de extração elitista. (...) No curso do Segundo Império, sobretudo, a medicina social vai dirigir-se à família “burguesa”citadina, procurando modificar a conduta física, intelectual, moral, sexual e social de seus membros com vistas à sua adaptação ao sistema econômico e político. (COSTA, 1999, p.33)

Contudo o discurso dos médicos mudava quando se tratava da moda e da europeização dos trajes. Pois, da mesma forma que a saúde era a razão para o uso de um vestuário mais higiênico, também era em nome da

saúde que os médicos condenavam qualquer submissão das mulheres especialmente quanto à moda europeia. Um dos utensílios de moda que mais causava doenças nas mulheres, segundo os médicos e por isso era alvo constante de suas críticas, foi o espartilho, os médicos o acusavam de causar deformidades no corpo das mulheres, principalmente das jovens na puberdade. Fica claro que em primeiro lugar vem o papel que a mulher desempenha como mãe e que nada e nenhuma vaidade pode estar acima deste dever da mulher. Então depois de cuidar da família, a mulher poderia pensar em utilizar alguns objetos de moda desde que estes fossem discretos e não que causassem males à saúde feminina. Os manuais de etiqueta e os jornais femininos enfatizaram que através desta correção do vestuário uma hierarquização minuciosa de signos e condutas deveriam ser seguidos, a fim de parecerem com os membros da “boa sociedade” europeia. Pois uma vez ao descreverem as especificidades do traje correto a cada ocasião demonstravam que ao igualar o seu modo de vestir ao dos europeus, haviam civilizado seus costumes.

Considerações Finais

O “discurso de adequação” contido tanto nos manuais de etiqueta e civilidade como nos periódicos que tratavam de moda dirigido ao público feminino serviram como mais um instrumento utilizado pela “boa sociedade” para distinguir-se dos grupos sociais urbanos em ascensão, que começavam a se preocupar com uma boa aparência e não só em acumular bens materiais. Mas o “discurso de adequação” não serviu somente para a distinção social das classes por meio de suas das roupas, também para a distinção do uso das roupas em diferentes situações, estações do ano, estado civil, idade, sexo, entre outras qualificações.

O discurso dos médicos influenciados pelo positivismo do final do séc. XIX não se manifestava contra a moda visto que contribuíram para sua difusão a partir da chegada da Família Real em 1808. Buscavam através da moda difundir a “planificação higiênica do vestuário” e desta forma educar as mulheres, principalmente, a cuidarem da higiene e seus corpos e das suas roupas a fim de possuírem uma saúde mais forte. E assim, tornarem-se responsáveis por cuidarem da higiene dos membros de sua família em especial das crianças tornando-as mais saudáveis.

Assim acreditamos que a moda serviu para demonstrar à sociedade que mudava de um regime imperial para um governo republicano, que o que se alterava era apenas o regime político, porém as estruturas sociais não iriam mudar e que, pelo contrário, somos indicados a crer que esta elite que estava no poder utilizou a moda para excluir assim como a política excluiu os pobres e os analfabetos do processo eleitoral brasileiro. Constituiu-se o projeto da República Federativa do Brasil de um país que excluía e não que unia pessoas de origens tão diferentes, uma vez que para esta elite representativa a população de classe social inferior e não cidadãos não eram vistos

como seus pares, e sim como pessoas inferiores aos quais deviam governar, pois estes não possuíam capacidade própria de fazê-lo. O mundo da ordem sobrepondo o da desordem.

Referências

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Modos de homem & modas de mulher**. Rio de Janeiro, Record, 1997.

GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos Estudos Históricos**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. 4ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. Rio de Janeiro: Access Editora, 1994

MATTOS, I.; BRANDÃO, B. C.; CARVALHO, M. A. R. **A policia e a força policial no Rio de Janeiro**. PUC-RJ, 1981.

RAINHO, Maria da Carmo Teixeira. **A cidade e a moda: novas pretensões, novas distinções – Rio de Janeiro, século XIX**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2002.

Periódicos

Jornal das Senhoras – modas, literatura, belas artes, teatros e crítica. Ano I-IV (nº 1); 1852-1855. Rio de Janeiro: Tip. Dos Editores H. Lombaerts e C.

Manuais de etiqueta e civilidade

NEVES, Guilhermina de Azambula. **Entretenimentos sobre os deveres de civilidade colecionados para o uso da puerícia brasileira de ambos os sexos**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Tipografia Cinco de março, 1875.

ROQUETE, José Inácio (1801-1870) **Código do Bom Tom ou regras da civilidade de bem viver no séc. XIX**. Cia das Letras, São Paulo. 1997

Teses médicas

BARROS, José Joaquim Ferreira Monteiro. **Considerações gerais sobre a mulher e sua diferença do homem e sobre o regime que se deve seguir no estado de prenhez**. Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845.

JARDIM, Gustavo Gomes. **Algumas considerações acerca das vestimentas**. Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1849.

